

Rio Grande do Sul: estratégias empresariais nos agronegócios, no período pós 1990, e questões emergentes

*Maria Domingues Benetti **

1 - Antecedentes, notas conceituais e pressupostos metodológicos

Em pesquisa de campo concluída recentemente¹, procurou-se determinar quais as transformações por que vinham passando os principais setores agroindustriais sul-rio-grandenses desde 1990 em função do processo de abertura comercial e da política brasileira de estabilização macroeconômica que se seguiu. Para isso, teve-se o cuidado de separar os ajustes processados pelos atores econômicos em duas categorias²: os que envolvem a racionalização no uso dos recursos produtivos e que correspondem à fase fácil ou suave do ajuste³; e os do tipo difícil, ou duro, os quais têm a ver com a geração efetiva de competitividade, isto é, com a elevação contínua da produtividade dos fatores. Ambos implicam aumento de eficiência; no entanto apenas os segundos estão associados a inovações (incluindo as relativas a

* Economista, Técnica da FEE.

¹ Trata-se do Projeto RS 2010 (1997a; 1997b).

² Ver, a esse respeito, Agacino, Rivas, Roman (1992).

³ Nessa categoria, enquadram-se os ajustes no grau de ocupação das plantas agroindustriais, na organização dos processos de trabalho, reduzindo a mão-de-obra ocupada e/ou substituindo técnicos especializados por outros de perfil polivalente, no aumento da produção com aumento das horas de trabalho dos trabalhadores contratados, etc., todos eles visando reduzir custos.

novas tecnologias e aos investimentos a elas associados) que trazem, por isso mesmo, vantagens de competitividade de duradouras. Esses segundos ajustes resultam, destarte, das estratégias das empresas para um horizonte de longo prazo e, portanto, da visão que os agentes possuem do meio ambiente econômico-social em que irão atuar. Tais perspectivas e tais investimentos estão naturalmente vinculados à situação econômico-financeira das empresas em um dado período de tempo. Assim, se as empresas consultadas não realizaram investimentos significativos no passado recente, tampouco os estavam realizando no momento da pesquisa, ou não tinham previsão de fazê-lo no futuro próximo, pode-se concluir que sua situação econômico-financeira era delicada. Este texto se ocupará fundamentalmente das mudanças estratégicas para as empresas que tenham a ver com a definição de sua posição futura no mercado.

No que diz respeito, ainda, ao ponto levantado acima, partiu-se da hipótese de que praticamente todas as empresas teriam passado, ou estariam transitando, em maior ou menor grau e de acordo com as especificidades setoriais, pela etapa fácil de ganhos de eficiência, obtidos através da racionalização no uso dos recursos. No entanto nada assegurava que estivessem transitando, e com sucesso, pela etapa difícil,⁴ e, se assim o estivessem fazendo, quais as trajetórias empresariais e qual seria o futuro do *agribusiness* sul-rio-grandense em função das mesmas?

Um segundo pressuposto importante subjacente à pesquisa é que a abertura comercial no Brasil, diferentemente do que aconteceu no Chile, por exemplo, não envolvia, principalmente, **criar** setores exportadores agroindustriais e competitivos em nível internacional e nem proteger a incipiente produção nacional voltada ao mercado interno, em uma estratégia caracte-

⁴ De fato, pode acontecer uma outra situação, extrema, em que se reduz o patrimônio e/ou a produção das empresas, podendo-se deduzir que, nesses casos, as mesmas tendem a desaparecer, a menos que sejam socorridas pelo Governo ou que celebrem acordos comerciais ou se fusionem com empresas mais saudáveis econômica e financeiramente. No caso do setor agroindustrial sul-rio-grandense, os resultados demonstram essa situação para empresas nas áreas de conservas, da produção e industrialização das carnes bovinas, e no setor cooperativado dos grãos.

rística do modelo de substituição de importações.⁵ No RS, para não falar no Brasil, muito antes do processo de abertura, já operavam no mercado empresas no setor de aves, fumo e soja, por exemplo, muitas delas grandes empresas de capital internacional e nacional, experimentadas, inclusive, nos negócios de exportação.⁶ Assim, a pesquisa de campo direcionou-se para reconhecer se e como as empresas regionais se preparavam para fazer face ao aumento intenso da concorrência no mercado agroalimentar nacional, decorrente da internalização, no Brasil, das grandes indústrias transnacionais de origem européia e norte-americana e dos padrões de concorrência que elas mantêm em seus mercados de origem — movimento que está associado à abertura comercial, ao aumento do mercado agroalimentar brasileiro após o Plano Real e à implementação do Mercosul. Tomando emprestadas as palavras de Delgado (1997, nota 1):

“Está cada vez mais evidente que as empresas líderes transnacionais, assim como as dos países da região, passaram a privilegiar o Mercosul como um mercado único do ponto de vista de suas estratégias de crescimento e de competição não apenas em relação ao Cone Sul, mas também a outras regiões da América Latina. Nesse sentido, têm aumentado os investimentos diretos em vários setores do sistema agroalimentar regional, seja através de ampliação da capacidade instalada, de aquisição de novas plantas/em-

⁵ Em 1973, a (...) participação da agricultura nas exportações era mínima, de 2.700 milhões de dólares exportados pelo Chile, o setor participava com apenas 130 milhões de dólares (5%); enquanto que nas importações seu peso era maior, de um total de 2.400 milhões de dólares, os produtos de origem agropecuária representavam quase 500 milhões de dólares (21%). A dependência alimentar do país no início dos anos setenta não era desconsiderável: em média, no quinquênio 1968-72, a dependência calórica foi de 24,8% e a protéica de 16,9%. A balança agropecuária deste período era cronicamente deficitária. Com a expansão do consumo interno no final dos sessenta e início dos setenta, os saldos negativos cresceram, importando-se significativas quantidades de trigo, milho e bovinos em pé — entre os produtos agropecuários substituíveis —, ademais de café, bananas e outros produtos tropicais não substituíveis; junto a leite em pó, açúcar e azeites vegetais entre os principais bens agroindustriais importados.” (Echenique L., 1991).

⁶ A oferta de farelo de soja, por exemplo, no RS, apresenta-se concentrada em duas indústrias (Grupo Bunge e Born — capital internacional — e Bianchini — capital estadual), os quais detêm expressiva porcentagem do esmagamento. Ver Lima (1997). No setor fumageiro, a Dimon do Brasil, filial do Grupo Dimon Incorporated, multinacional norte-americana, com sede em Vera Cruz, no RS, foi a maior exportadora brasileira de fumo e liderou as exportações gaúchas em todos os segmentos. Aproximadamente 80% da produção é direcionada às exportações (ZH, 20.7.97).

presas, de acordos de *joint-venture*, e de lançamento de novos produtos. Isso significa, por um lado, uma maior internacionalização e concentração em vários setores industriais e da grande distribuição comercial, de modo que as empresas líderes transnacionais exercerão uma imensa pressão sobre as empresas líderes nacionais e sobre as cooperativas agroindustriais regionais. E, por outro, sinaliza que as grandes empresas diversificadas tenderão a assumir políticas de *sourcing* regional (inclusive com países de fora do Mercosul) ou mesmo global”.

Até este ponto, estão em foco apenas as mudanças macroeconômicas em geral, que pressionam as empresas, determinando o aumento de eficiência como forma de se assegurar uma posição de competitividade no horizonte de longo prazo. Tendo em vista, no entanto, que se partia do conceito de competitividade sistêmica, onde a eficiência em nível micro é resultante, dentre outros fatores, da formação de um meio ambiente capaz de fomentar, completar e multiplicar os esforços das empresas,⁷ tornava-se fundamental determinar os obstáculos atuais ao desenvolvimento das mesmas em matéria de infra-estrutura, educação, desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e financiamento.

Esse era, na verdade, o enfoque central da pesquisa, por dois motivos: em primeiro lugar, porque se parte do pressuposto de que, em economias de agricultura tradicional como a do RS, o aumento da competitividade está associado de forma inequívoca à construção de vantagens competitivas sistêmicas — e que deve ser esta, portanto, a estratégia de crescimento perseguida conjuntamente pelo Governo e pelos atores econômicos privados —, uma vez que, em muitos setores, a produção propriamente primária

⁷ Está-se falando da competitividade em níveis meso e meta respectivamente. “A competitividade como sendo fruto da interação complexa e dinâmica entre quatro níveis econômicos e sociais de um sistema nacional: o nível micro, das empresas, as quais buscam simultaneamente eficiência, qualidade, flexibilidade e rapidez de reação, estando muitas delas articuladas em redes de colaboração mútua; o nível meso, correspondente ao Estado e aos atores sociais, que desenvolvem políticas de apoio específico, fomentam a formação de estruturas e articulam os processos de aprendizagem a nível da sociedade; o nível macro, que exerce pressões sobre as empresas mediante exigências de desempenho; e, por último, o que neste artigo se chama nível meta, que se estrutura com sólidos padrões básicos de organização jurídica, política, e econômica, suficiente capacidade de organização e integração e capacidade dos atores para a integração estratégica” (ESSER et al., 1996).

das regiões de fronteira agrícola possui vantagens comparativas com relação à estadual, resultantes das escalas de produção mais adequadas, da maior produtividade física e dos custos de produção inferiores a ela associados. De outro lado, porque, no caso da pesquisa realizada, tratava-se de fornecer subsídios para a elaboração de um plano estratégico de ação pelo Governo do Estado do RS, com o objetivo justamente de apoiar a reestruturação dos agronegócios estaduais a partir da identificação dos projetos dos agentes microeconômicos e dos principais pontos de estrangulamento com que se defrontam para sua consecução.

Finalmente, deixam-se explícitos os seguintes conceitos que serão utilizados no decorrer do texto e a abrangência com que foram utilizados na pesquisa: (a) embora se entenda **agronegócios (agribusiness)** como o conjunto de atividades desde a produção primária até a distribuição do produto industrializado ao consumidor final e que, na fase atual, o desempenho de todos esses setores está cada vez mais dependente da grande distribuição, na pesquisa de campo ficou-se no nível da produção primária e da agroindústria; (b) o conceito de **cadeia de produção** utilizado no texto é o conjunto de atividades estreitamente imbricadas, ligadas verticalmente, por se referirem a um mesmo produto (ou produtos semelhantes), e cuja finalidade consiste em satisfazer o consumidor; por **integração vertical**, entende-se o agrupamento sob um centro de decisão único das atividades pertencentes a muitos níveis sucessivos de uma mesma cadeia e, por **integração horizontal**, o reagrupamento sob um centro de decisão único das atividades pertencentes a um mesmo nível de uma cadeia.⁸ A diferença entre cadeia e cadeia integrada verticalmente reside, então, na centralização do controle do processo em algum elo da cadeia, característica do segundo tipo de organização da produção, e é esse o sentido em que vai ser utilizada neste artigo.

O texto que segue está organizado da seguinte forma. O item 2 inicia com uma breve apresentação da matriz produtiva dos agronegócios do RS e segue expondo uma série de indicadores, com o objetivo de destacar a evolução da agricultura e do setor agroalimentar sul-rio-grandense nas fases de abertura e de estabilização da economia nacional. No item subsequente, apresentam-se as estratégias de crescimento dos vários setores agroindus-

⁸ Conceitos extraídos de Montigaud e Ferry (1995).

triais analisados, os problemas relatados pelos agentes econômicos que se antepõem à consecução dos resultados esperados, bem como se realiza uma prospecção sobre alguns efeitos econômico-sociais importantes que adviriam da implantação das ações efetuadas da forma anunciada pelos produtores. Essa exposição é antecedida pela apresentação breve do quadro de dificuldades vivenciadas pela agricultura já no período pré-abertura comercial, bem como das respostas dadas pelo setor a esses desafios.⁹

2 - A matriz produtiva dos agronegócios estaduais e os indicadores de mudanças estruturais e de desempenho setorial no período pós 1990

2.1 - A herança histórica nos agronegócios

A parte mais importante dos agronegócios no Estado, nas áreas de carnes suínas e de aves, leite, vinhos, fumo, conservas e hortifrutigranjeiros, estrutura-se com base na pequena produção agropecuária, que também é responsável por parcela expressiva da soja, do milho e do trigo produzidos internamente. A exploração das atividades é realizada através do uso intensivo da terra (recurso escasso) e da mão-de-obra familiar (recurso relativamente abundante), redundando na superutilização dos solos e em baixos níveis de renda familiar. Com base na produção diversificada, estruturou-se um setor de beneficiamento da produção agropecuária que constitui o segmento mais importante do parque agroindustrial sul-rio-grandense.

Dado o pequeno porte dos estabelecimentos agropecuários na maioria dos setores, a comercialização e o beneficiamento da produção implantaram-se sob a forma cooperativada, dando origem a um setor cooperativista

⁹ As informações que basearam as conclusões apresentadas no item 3 foram extraídas, sobretudo, do documento preliminar sobre os **Ajustes e Perspectivas do Agribusiness Rio-Grandense no período pós 1990**, capítulo integrante do Projeto RS 2010. Refere-se ao material coletado entre os meses de março e junho do corrente ano e cobre os seguintes setores: arroz, pecuária de corte, suínos, aves, leite, vinhos e sucos, fumo, conservas e cooperativas de trigo, soja, suínos e milho. Já as informações quantitativas relacionadas no item 2, constam no volume **Agregados Macroeconômicos**, também do **Projeto RS 2010**, e em Grando (1996).

que conserva, até hoje, um peso muito grande no *agribusiness* estadual. A organização cooperativada da produção verificou-se por setor de produção (de vinhos, de trigo e soja, de suínos, de leite, etc.). Como se multiplicaram as cooperativas em cada setor, como eram muitos os setores e como era pequena a escala dos estabelecimentos agrícolas, a maioria das cooperativas só poderia receber uma quantidade limitada de cada produto, dificultando, desse modo, o seu crescimento vertical e horizontal. As empresas cooperativadas foram instituições que jogaram um papel estratégico na reprodução da pequena produção agrícola, agindo no sentido de estabilização de uma estrutura fundiária caracterizada por um grande peso dos estabelecimentos de pequeno porte. Sendo assim, se tiveram um papel social fundamental, por outro lado, foram um mecanismo institucional que dificultou a reestruturação fundiária no sentido de aumentar a escala média dos estabelecimentos. Tendo em vista a importância do cooperativismo nos agronegócios regionais, ele merecerá uma referência especial ao longo da apresentação dos resultados da pesquisa.

Os dois outros setores importantes que estruturam os agronegócios estaduais são a pecuária extensiva de corte e o arrozeiro, ambos explorados em grande escala. A pecuária de corte apresenta, sabidamente, baixos índices de produtividade relacionados ao capital e à terra, para citar dois indicadores utilizados para medir a eficiência da economia, não emprega mão-de-obra; é fortemente responsável pela má distribuição da renda no amplo espaço geográfico onde se acha implantada e, por conseguinte, pela exigüidade do mercado regional; não cresce e tampouco se moderniza, mas, no entanto, apresenta uma extraordinária capacidade de sobrevivência. Associada à produção de bovinos para corte, implantaram-se frigoríficos com capacidade muito superior às necessidades do setor, gerando um superdimensionamento da planta industrial. Já a lavoura de arroz apresenta um perfil diverso, pois é explorada de forma totalmente empresarial. Seu cultivo passou por um surto de crescimento extraordinário a partir da década de 70. O crescimento da lavoura de arroz ocorreu em terras até então utilizadas como pastagens para bovinos, provocando o que se poderia chamar de modernização restringida da pecuária de corte, isto é, modernização da pecuária limitada àquelas propriedades que passaram a ser exploradas com o arroz e que se assentavam em solos adequados à sua exploração.

2.2 - Indicadores de representatividade, de mudanças estruturais e de desempenho dos agronegócios no período pós 1990

2.2.1 - Desempenho global do setor agropecuário e sua contribuição no PIB do RS e no PIB agropecuário nacional

Tabela 1

Taxas médias de crescimento do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil, por setores de atividade e total, por períodos selecionados — 1985-95

SETORES	1985-90		1990-95		1985-95	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR
E TOTAL						
Agropecuária	2,13	1,10	3,30	4,20	2,60	2,70
Lavoura	1,90	-1,15	1,50	3,10	1,70	0,90
Produção animal	2,70	4,70	6,60	5,70	4,60	5,20
Indústria total	0,00	0,70	2,80	1,90	1,40	1,30
PIB total	1,80	1,90	3,10	2,80	2,40	2,30

FONTE: PROJETO RS 2010. Núcleo Agregados Macroeconômicos (1997c). Porto Alegre: SCP/FEE/METROPLAN. (Texto para Discussão).

Durante o período 1985-95, o setor agropecuário estadual evoluiu a um ritmo médio de 2,6% a.a. Coube ao subsetor de produção animal apresentar o melhor desempenho, pois cresceu a uma taxa média de 4,6% contra 1,7% registrado pela lavoura. Mas foi entre 1990 e 1995, no momento pós-abertura comercial, portanto, que ocorreu o melhor desempenho do setor: 3,30% a.a. contra 2,13% entre 1985 e 1990, e isso graças ao crescimento da produção animal. É interessante lembrar aqui que, nesse período, houve um expressivo crescimento do mercado de proteína animal, estimulado pelos ganhos de renda das camadas mais pobres da população.

Quadro semelhante verificou-se em nível nacional, tanto no que respeita aos ritmos de crescimento verificados entre 1985 e 1990 e 1990 e 1995 como na performance da produção animal; quanto à produção vegetal, no entanto, na primeira metade dos anos 90, globalmente, a agricultura brasileira cresceu mais do que a sul-rio-grandense (4,2%a.a.).

A participação da agricultura no PIB estadual decresceu de pouco mais de 15% em 1985 para ao redor de 11% em 1990, mantendo-se praticamente nesse nível em 1995. No mesmo período, a contribuição da agricultura ao agregado em nível nacional permaneceu em torno de 10%.

2.2.2 - Transformações no perfil da produção agropecuária

Tabela 2

Estrutura do Valor Bruto da Produção agropecuária, segundo os principais produtos, do Rio Grande do Sul — 1980, 1990 e 1995

AGROPECUÁRIA	1985	1990	1995
Lavoura	52,6	42,3	38,8
Arroz	16,3	15,2	17,1
Soja	21,3	16,5	13,2
Fumo	2,4	5,2	6,0
Fruticultura	2,2	3,7	7,8
Pecuária			
Bovinos	8,4	8,2	5,7
Aves	4,0	7,6	6,6
Leite	5,1	7,6	8,3
Suínos	5,5	5,3	6,1
Subtotal	65,3	68,6	70,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Os dados demonstram a queda de participação da lavoura no Valor Bruto da Produção (VBP), devido, principalmente, à perda de posição da soja; o expressivo avanço do fumo, da fruticultura, das aves e do leite na geração do agregado; a perda de representatividade da pecuária bovina em benefício da pecuária intensiva leiteira e da pecuária produtora de carnes de aves e de suínos. Isto é, a agropecuária cresce através de produtos que geram mais valor por unidade de recursos utilizados, transformando grãos em proteína animal.

Frutas, arroz, leite e suínos foram os setores que apresentaram os maiores ganhos relativos no VBP, no período pós 1990.

2.2.3 - Produtividade

Tabela 3

Evolução da produtividade física da terra utilizada com as lavouras de arroz, trigo, soja e milho — 1965-95

(% a.a.)

PERÍODOS	ÁREA	PRODUÇÃO	RENDIMENTO FÍSICO
1965-70	8,02	6,34	-1,50
1970-75	8,03	10,54	2,26
1975-80	2,41	1,72	-0,47
1980-85	-1,99	2,52	4,39
1985-90	-0,48	1,65	2,20
1990-95	-1,30	2,83	4,12

FONTE: FEE/Núcleo de Estudos Agrários.

Ocorreram dois processos bem diferenciados no período 1965-95 com relação à produção.

Entre 1965 e 1980 e, principalmente entre 1965 e 1975, a expansão da lavoura verificou-se extensivamente, através da incorporação da área de cultivo. Já entre 1980 e 1995, a produção cresceu intensivamente, isto é, por meio do crescimento da produtividade, gerando uma liberação de área de 1.400 mil hectares, correspondendo a uma "recriação" da fronteira agrícola interna pelo aumento da eficiência produtiva. No período pós 1990, os índices de incremento da produtividade foram quase o dobro dos registrados entre 1985 e 1990. Registre-se que esse desempenho extremamente positivo ao longo do período 1980-95 correspondeu a uma fase de grandes dificuldades para a agricultura, tanto no que diz respeito à evolução dos seus mercados quanto ao apoio governamental ao setor.

Tabela 4

Relação da produtividade física da terra para produtos selecionados da lavoura dos principais estados produtores com o Brasil — média do período 1985-95

ESTADOS	ARROZ	SOJA	FUMO	MILHO
Rio Grande do Sul	224,97	81,53	108,83	103,20
Minas Gerais	77,99	(1)	(1)	(1)
Mato Grosso	68,06	122,27	(1)	(1)
Mato Grosso do Sul ..	(1)	106,96	(1)	125,28
Paraná	(1)	112,53	(1)	126,19
Santa Catarina	(1)	(1)	112,70	125,97
Goiás	104,22	104,22	(1)	146,45
São Paulo	(1)	(1)	(1)	131,53

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Esses dados não constam na tabela por serem irrelevantes para este trabalho.

Apesar dos aumentos assinalados da produtividade no RS, o rendimento da soja e do milho ainda é muito superior nos estados concorrentes. O arroz goza de uma posição de liderança no cenário nacional.

Tabela 5

Comparação entre a produtividade no RS e a dos países do Mercosul — 1993

PRODUTOS	RS	ARGENTINA	URUGUAI
Arroz (t/ha)	5,1	4,4	5,6
Soja (t/ha)	2,0	2,2	
Trigo (t/ha)	1,5	2,0	1,7
Milho (t/ha)	2,6	4,3	
Bovinos (taxa de desfrute)	(1)8,2	24,0	13,4

FONTE: FEE/Núcleo de Estudos Agrários.

(1) Se os abates do RS estiverem subestimados em cerca de um milhão de cabeças, como apontam setorialistas, então a taxa de desfrute do rebanho está subestimada.

O RS é nitidamente menos eficiente no setor de bovinocultura de corte e no do milho. Tende a alcançar a competitividade na área da soja. O trigo é sempre uma incógnita, devido aos problemas climáticos; e, quanto ao arroz, não existem disparidades de eficiência entre o Estado e os países vizinhos.

2.2.4 - Importância das agroindústrias na indústria de transformação

Tabela 6

Peso dos principais gêneros agroindustriais no Valor Agregado a preços constantes da indústria de transformação do RS — 1985, 1990 e 1995

GÊNEROS	1985	1990	1995	(%)
Produtos alimentares	16,7	17,4	21,7	
Bebidas	2,7	3,0	3,5	
Fumo	4,0	5,0	4,2	
TOTAL	23,4	25,4	29,4	

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Entre 1985 e 1995, aumentou de forma importante a participação dos gêneros agroindustriais no valor da indústria de transformação, principalmente o item produtos alimentares. Tal aumento foi mais expressivo entre os anos de 1990 e 1995, na fase de abertura comercial e de estabilização da economia nacional.

2.2.5 - Crescimento das agroindústrias do RS no período 1985-95

Tabela 7

Taxas médias de crescimento da produção física de gêneros selecionados da indústria de transformação em estados da Federação — 1985-90 e 1990-95

ESTADOS	PRODUTOS ALIMENTARES	BEBIDAS	FUMO	(%)
RS				
1985-90	0,4	1,6	4,1	
1990-95	7,5	6,0	-0,7	
PR				
1985-90	3,6	10,5	8,4	
1990-95	0,6	5,8	6,3	
SP				
1985-90	2,52	9,3	0,9	
1990-95	-0,20	11,2	4,2	
SC				
1985-90	2,1	4,5	1,1	
1990-95	9,2	12,8	-8,0	
MG				
1985-90	0,9	10,9	3,5	
1990-95	2,7	3,6	6,9	
BA				
1985-90	-0,2	10,3		
1990-95	-8,5	11,0	-	
Brasil				
1985-90	1,5	7,4	2,8	
1990-95	2,7	7,0	1,3	

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais

As indústrias de alimentos e de bebidas do RS cresceram muito, após a abertura comercial, com relação ao período anterior; a indústria de alimentos — o ramo que realmente pesa no grupo das agroindústrias estaduais — cresceu muito mais no RS do que no resto do País, exceção feita ao Estado de SC.

Tabela 8

Relação da produtividade da indústria de transformação no RS com a do Brasil, em gêneros selecionados — 1990, 1993 e 1995

GÊNEROS	1990	1993	1995
Produtos alimentares	138,7	176,3	178,8
Bebidas	194,0	256,7	221,8
Fumo	265,2	414,4	284,4

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

A agroindústria do RS apresentou um aumento de produtividade importante no período pós 1990, principalmente até 1993, tomando como referência a média nacional. Embora não se tenham elementos mais precisos para explicar a estabilização do índice, no período pós 1993, nos setores de alimentos e de bebidas, uma hipótese seria de que, até esse ponto, a produtividade estaria crescendo via aumento do uso das plantas industriais, isto é, racionalizando o uso dos recursos produtivos, portanto, através do primeiro tipo de ajuste de que se falava nas notas conceituais, os fáceis ou suaves.

2.2.6 - Importância das agroindústrias nas exportações estaduais

Tabela 9

Participação percentual de grupos selecionados nas exportações do RS — 1989-96

GRUPOS E PRODUTOS	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Carnes e miudezas	2,11	2,44	3,02	2,98	3,58	3,89	3,71	4,19
Gorduras e óleos	4,14	5,54	3,09	3,57	3,69	5,91	6,61	4,45
Resíduos das indústrias alimentícias	15,16	14,21	9,05	9,74	10,29	9,29	9,27	10,93
Fumo (tabaco) e sucedâneos	11,01	12,56	17,18	15,75	11,69	12,49	13,07	16,3
Peles e couros	2,37	2,86	3,77	3,68	3,01	3,63	3,83	4,23
Subtotal	34,79	37,61	36,11	35,72	32,26	35,21	36,49	40,1
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: PROJETO RS 2010. Núcleo Agregados Macroeconômicos (1997c). Porto Alegre: SCP/FEE/METROPLAN. (Texto para discussão).

As exportações agroindustriais nos itens carnes, gorduras e óleos, fumo e demais produtos das indústrias alimentares aumentaram sua participação no valor total das exportações de 32% para 36% entre 1989 e 1996. Desse total de 36%, as exportações de fumo atingiram 16,3%. O aumento registrado no período deve-se ao dinamismo do comércio das carnes (principalmente das carnes de frango e de suínos) e do fumo, pois caiu a participação do comércio dos demais produtos agroindustriais no valor total das vendas externas. Se forem somadas às exportações agroindustriais, nos itens acima mencionados, as vendas externas do setor couros e peles, a importância dos agronegócios nas exportações estaduais sobe para 40% em 1996.

Uma conclusão geral e importante que se pode extrair dos dados apresentados é que, na fase de abertura comercial e de estabilização da economia nacional, o setor agroindustrial do Estado apresentou um bom desempenho, considerando os dados de produção e produtividade. É razoável supor, por outro lado, que essa melhoria se baseou fundamentalmente na maior utilização da capacidade instalada e na racionalização do uso dos fatores de uma maneira abrangente. Além disso, seria interessante explorar a hipótese de que, diante do aumento da produção, o desempenho das exportações só não foi melhor porque parte do que seria destinado às vendas externas se direcionou ao abastecimento doméstico, por questões de preços nos respectivos mercados e de crescimento do consumo no período pós 1994.

3 - Estratégias empresariais e questões emergentes nos agronegócios do RS

Antecedentes: os anos 80

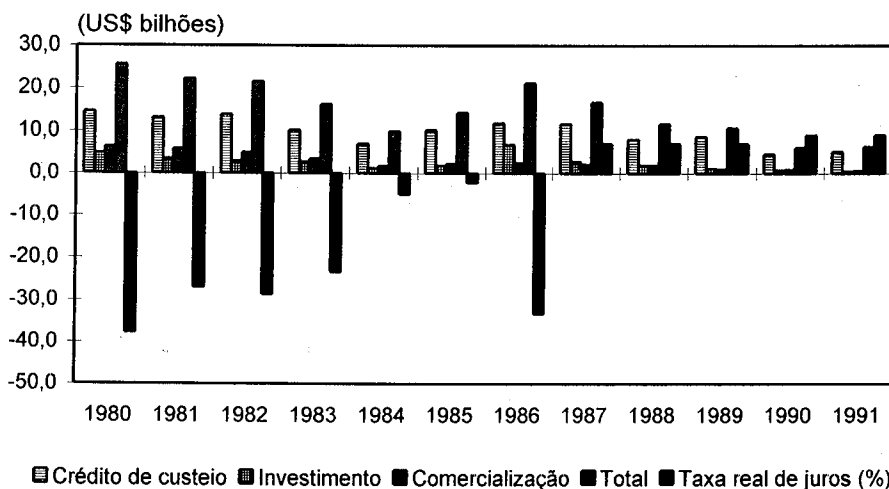
Os ajustes recentes no *agribusiness* estadual, decorrentes do processo de abertura comercial da economia brasileira e da política macroeconômica de estabilização, fundamentam-se, em grande parte, nas transformações estruturais ocorridas antes de 1990, em resposta aos constrangimentos externos por que passou o setor no decorrer dos anos 80.

Nessa década e mais especificamente a partir de 1988, associado à crise fiscal da União, dos estados e dos municípios, registrou-se um corte profundo nos gastos com a agricultura. Entre 1989 e 1990, por exemplo, o dis-

pêndio global do setor público da União reduziu-se 50%, e as despesas do segmento da atividade governamental caíram de 4,22% do PIB nacional para 1,74% do agregado no ano de 1991. Ao mesmo tempo, mudou o enfoque da política para o setor, reduzindo-se a intervenção do Governo nos mercados agropecuários para centrá-la nas atividades de desenvolvimento econômico e social, como são, por exemplo, gastos em ciência e tecnologia, preservação dos recursos naturais, reforma agrária e treinamento de recursos humanos.¹⁰ Mas, além de gastar menos com o financiamento da agricultura, o Estado passou a cobrar juros reais sobre as operações de crédito rural a partir de 1987, revertendo a situação vigente até essa data (Gráfico 1).

Gráfico 1

Valor de crédito Rural contratado, por uso, no Brasil — 1980-91

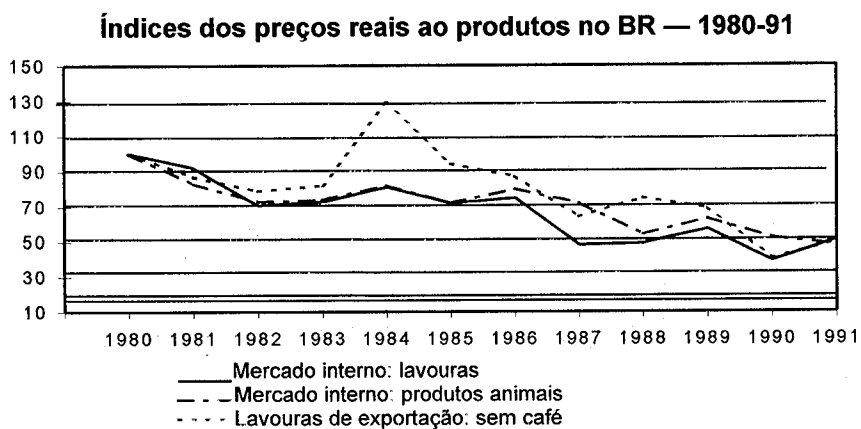


FONTE: REZENDE, G. C., BUAINAIN, A. M. (1994). Structural adjustment and agriculture in Brazil: the experience of the 1980's. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: FGV, v.48, n.4, p.491-503, out./dez.

¹⁰ A retirada brusca da regulação direta governamental no setor do trigo e o menor uso da política de preços mínimos constituem exemplos da mudança de comportamento do Governo. Ver, a esse respeito, Barros (1993).

Não fosse tudo isso, desde 1980 o setor agropecuário passou a conviver com preços cadentes em nível de mercados interno e externo (Gráfico 2). Finalmente, no período, assistiu-se ao aumento da concorrência nos mercados agropecuários nacionais, com a expansão da produção na área dos cerrados, que se tornou o principal pólo de crescimento da agricultura nacional.

Gráfico 2



FONTE: REZENDE, G. C., BUAINAIN, A. M. (1994). Structural adjustment and agriculture in Brazil: the experience of the 1980's. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: FGV, v.48, n.4, p.491-503, out./dez.

NOTA: Os dados têm como base 1980 = 100.

Assim, diante da nova geografia da produção nacional — com a entrada das áreas da fronteira agrícola na produção de grãos e carnes —, face à deterioração do quadro macroeconômico geral no decorrer dos anos 80 e esgotada a via de desenvolvimento extensivo — baseada na economia do trigo e da soja por volta do início da década de 80 —, iniciou-se uma nova etapa da reestruturação do setor agroindustrial do Rio Grande do Sul. Esta fundamentou-se em um padrão de crescimento intensivo, que tem como elementos principais: (a) crescimento baseado na agregação de valor à pro-

dução primária mediante a implantação de novas¹¹ cadeias de produção — notadamente na área de proteína animal, cuja característica básica é a integração entre seus elos produtivos, estabelecida principalmente entre o setor industrial e a pequena produção agropecuária, sob os auspícios do primeiro —; (b) expansão da produção primária privilegiando as linhas que apresentam maior densidade de valor por recurso utilizado; e (c) mudanças na base técnica da produção agrícola relacionadas aos processos de plantio e de manejo dos solos (plantio direto, por exemplo), à melhoria das características genéticas dos rebanhos, à introdução de sementes melhoradas, etc. Em suma, no período, a agropecuária do RS reestruturou-se para crescer via produtividade.

Os ajustes pós 1990

Com a crescente abertura comercial, intensifica-se o movimento de internalização, no Brasil, das indústrias agroalimentares européias e norte-americanas com os padrões de concorrência que mantêm em seus mercados de origem, e, com o funcionamento do Mercosul, aumenta e muda qualitativamente a concorrência nos mercados agrícolas nos quais se insere o Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, ficam escancarados a dura realidade econômico-financeira e o problemático padrão de eficiência de empresas locais — traços, aliás, perversamente obscurecidos durante longo tempo pelo processo inflacionário. Além disso, os atores econômicos começam a perceber que, cada vez mais, estão dependentes da grande distribuição, uma realidade à qual devem se adaptar ou correr o risco de desaparecer, a menos que consigam uma inserção em um nicho de mercado.

Diante desse quadro, aceleram-se as mudanças na agricultura, que já vinham acontecendo antes de 1990, e surgem outros mecanismos de adaptação competitiva do setor ao mercado.

¹¹ Novas em três sentidos. Primeiro, porque correspondem a uma segunda geração de cadeias de produção, a primeira compreendendo as cadeias estruturadas antes de 1980; novas, também, porque, tendo surgido mais tarde, são tecnologicamente mais modernas; e, finalmente, são novas porque constituem cadeias de produção integradas horizontal e verticalmente, no sentido explicado no item 1 do texto, ou seja, caracterizam-se por apresentarem uma forte centralização dos processos decisórios em certos níveis da cadeia, no caso, no setor agroindustrial.

3.1 - Formação de cadeias de produção integradas verticalmente

No novo contexto, as cadeias de produção integradas verticalmente adquirem um papel estratégico, seja como mecanismos de redução de custos e controle de qualidade da produção e, assim, de aumento de competitividade das firmas, seja como forma de as indústrias assegurarem o abastecimento de matérias-primas, seja, ainda, como veículo de inserção das agroindústrias no esquema da grande distribuição. Na virada da presente década, a integração vertical tende a se generalizar no âmbito das empresas agroindustriais, inclusive no nível da primeira geração das cadeias (em todos os seus ramos), que tratam de estabelecer vínculos formais com seus provedores, de aumentar o número de produtores integrados, ou de estreitar os vínculos preexistentes com os mesmos. Em suma, vive-se um processo geral de integração da pequena produção primária à agroindústria no interior de cadeias agroalimentares implantadas pelos respectivos elos industriais.

Considere-se o caso da agroindústria de suínos, aves, leite, etc. e a racionalidade de integrar à mesma o setor produtor de grãos. A criação de animais para abate exige rações compostas de farelos de grãos — onde se destaca o milho —, que representam o custo mais importante da primeira etapa de produção da proteína animal. Ora, o Rio Grande do Sul é deficitário com respeito ao milho, o que indica que os seus preços são relativamente mais elevados que os praticados nos estados de fronteira agrícola. Além disso, a produção de milho no Estado sempre teve pouco valor comercial, uma vez que não era explorado para o mercado, mas destinava-se à subsistência familiar dos pequenos agricultores. Diante disso, é possível concluir ser o milho o elo mais “desorganizado” da cadeia, resultando estratégico estruturá-lo através de sua integração aos demais segmentos da cadeia de produção. De outra parte, a integração torna-se vital nas circunstâncias atuais, em que as estruturas produtivas se organizam cada vez mais em função da demanda dos consumidores — sendo esta volátil, rica em especificações e exigente em termos de qualidade —, e onde os fornecedores, no caso as agroindústrias, devem passar rapidamente as informações sinalizadas pelo mercado a elas, transmitidas pela grande distribuição, aos demais setores produtivos. Isso permitiria proceder agilmente aos ajustes necessários à produção no âmbito de cada um dos elos que compõem a cadeia agroalimentar, incluindo-se aí as transformações de caráter tecnológico. Final-

mente, as vantagens da integração surgem pela possibilidade de racionalizar a produção em todos os níveis envolvidos — no limite, se possível, excluindo do processo produtivo tudo que não agrega valor.

Em suma, a integração vertical entre os elos das cadeias agroalimentares permite o surgimento das economias de integração, isto é, abre o caminho para a busca de ganhos de produtividade ao longo de toda a cadeia, objetivando reduzir o custo da produção final e tornando o produto mais competitivo no mercado. Isso é vital para as empresas que trabalham com *commodities*, pois, sendo o preço dado, o aumento da competitividade só poderá ocorrer através da redução do custos.

E, se é o custo final que importa, a competitividade não está associada a vantagens em uma determinada etapa da produção — por exemplo, na de produção de animais para abate, ou na de grãos —, podendo uma eventual desvantagem a qualquer nível da cadeia ser compensada pela maior eficiência em outros dos seus segmentos. Seguindo esse raciocínio, é possível pensar na manutenção dos mercados da produção agroindustrial integrada no Estado — apesar das diferenças com relação aos custos de produção da matéria-prima registrados no Centro-Oeste —, com base na substituição das economias de escala, na produção primária, pelas economias de integração das cadeias.

Aqui é impossível deixar de fazer um paralelo com o que ocorre nos demais setores da economia. O surgimento de estruturas produtivas fortemente integradas verticalmente, na área agroindustrial, é um movimento diametralmente oposto ao seguido em geral nos demais setores industriais, que tendem a apresentar estruturas flexíveis, menos integradas, com processos decisórios descentralizados, no entanto baseados na cooperação horizontal e no fluxo de informações ágil entre as empresas relacionadas na produção de determinado bem.

A integração vertical das atividades produtivas, em princípio, pode ser mais facilmente implantada e controlada no caso das empresas agroindustriais cooperativadas. Isso ocorreria devido à própria natureza do contrato social cooperativo, que supõe uma íntima associação entre produtor e cooperativa. De fato, a cooperativa agropecuária é criada pelos agricultores; são eles que legalmente integram o seu capital social e a dirigem como se fosse o prolongamento dos seus estabelecimentos.

No entanto a criação de novas cadeias integradas pelas cooperativas vinculadas aos pequenos produtores enfrentará dificuldades no futuro. No caso em que as cadeias não chegaram a se completar (ou foram destruídas, como é o caso da soja) e onde os mercados a elas associados são muito competitivos e se acham ocupados por grandes empresas nacionais e transnacionais, a montagem do elo industrial dificilmente será realizada pelo capital cooperativo. Isso caberá ao capital privado, que integrará a cooperativa de produção primária à agroindústria.

É importante, finalmente, discutir os limites da integração e, portanto, das vantagens que ela assegura aos setores agroindustriais estaduais e à pequena produção.

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que as vantagens da integração não são perenes, pois a agroindústria já instalada ou em fase de implantação na região de fronteira agrícola nacional está "copiando" o processo iniciado no sul. Assim, a tendência seria a de eliminar, a médio prazo, as vantagens da integração obtidas nas regiões de agricultura antiga.

Em segundo lugar, a integração, tal como ocorreu no Estado, criou uma segmentação no nível dos setores agroindustriais, segundo o perfil tecnológico das empresas e o grau de integração entre os elos que compõem as cadeias de produção em função da maior ou da menor centralização das decisões em determinados segmentos da cadeia. Por um lado, tem-se uma segunda geração de empresas instaladas na década de 80, dotadas de escalas adequadas, padrões tecnológicos mais modernos e totalmente verticalizadas a montante; por outro, têm-se as empresas da primeira geração, tecnologicamente não atualizadas, que iniciaram atrasadas a verticalização de sua estrutura através da integração da produção primária. O caso paradigmático de um setor com as características descritas é o do produtor de carnes e derivados de suínos. As empresas antigas são as que apresentam hoje as maiores dificuldades para responder aos novos desafios colocados ao *agribusiness* regional, e, no caso de uma eventual concentração do setor, seriam elas as primeiras a fechar suas portas.

Quanto aos pequenos produtores sul-rio-grandenses, deve-se sublinhar que sua integração às cadeias foi estratégica como mecanismo de elevação de sua renda e até como viabilização de sua condição de produtor. No entanto a nova integração dos pequenos produtores às cadeias exige maior tecnificação, profissionalização e especialização, determinando um processo seletivo que marginaliza todos os que não conseguem acompanhá-lo. E

mesmo que o conseguissem, o incremento de produtividade derivado das transformações técnicas na base primária da produção significa a exclusão social de um número importante de produtores. Se for assim, é de se esperar uma concentração da propriedade da terra nos setores econômicos dominados pela pequena produção. No limite, poderia imaginar-se uma tendência à homogeneização dos padrões tecnológicos no campo, em cada um dos setores, por oposição à situação vivenciada até aqui, de heterogeneidade, onde coexistiam, no mesmo mercado, produtores com níveis de produtividade muito díspares.

3.2 - Implantação da integração horizontal pelas cadeias integradas verticalmente

As agroindústrias que implantaram a integração a montante da cadeia agroalimentar passaram recentemente a incentivar a diversificação da produção no nível do produtor integrado e a diversificar a sua própria linha de industrializados — horizontalizando sua estrutura produtiva. Esse movimento corresponde à tentativa de redução dos custos médios em todos os elos da cadeia de produção agroalimentar, obtida através da introdução de dois ou mais produtos semelhantes na linha de produção da empresa, processo que favorece o surgimento de economias de escala.

Assim, há redução de custos quando diminui a ociosidade das câmaras frigoríficas ao se estocar carne de aves na entressafra dos suínos e quando se obtém uma taxa de juros menor ao se negociar financiamentos maiores, relativos ao capital de giro necessário à produção dos dois tipos de carnes. Trata-se, em qualquer caso, das vantagens ou economias de diversificação (*déspécialisation*).¹²

Antes de concluir este ponto, cabe chamar atenção para o fato de que a diversificação, tal como vem ocorrendo — isto é, aquela em que empresas agroindustriais se expandem geralmente em torno da mesma linha de produção (suínos, aves, leite e frutas) —, pode ensejar o surgimento do desequilíbrio no âmbito de cada um dos respectivos mercados.

¹² Ver, a esse respeito, Montigaud e Ferry (1995, nota 9).

3.3 - Diversificação geográfica das plantas industriais

As agroindústrias econômica e financeiramente mais fortes do Rio Grande do Sul tendem a se expandir fora do Estado (no Centro-Oeste e no Nordeste), buscando novas fontes de suprimento de matérias-primas — visando à redução dos custos de produção (barateamento da ração animal) — e uma maior proximidade aos grandes mercados consumidores das Regiões Sudeste e Nordeste. Em muitos casos, estão simplesmente imitando, ou melhor, acompanhando a logística de atuação das grandes empresas líderes do setor agroalimentar. No entanto, quando esse movimento estiver relacionado à busca da redução de custos fiscais e tributários, como parece ser também um motivo importante para a expansão das empresas fora do Estado, está-se face a um simples mecanismo de fuga do espaço regional¹³ — promovido pelos governos estaduais.

As empresas cooperativadas encontram mais dificuldades, em princípio, para deslocar-se espacialmente, uma vez que estão vinculadas, contratual e solidariamente, à sua base agrícola, isto é, aos produtores associados. Isso constitui uma vantagem para estes últimos, porquanto as empresas tipicamente comerciais não mantêm nenhum compromisso com seus fornecedores, fechando e abrindo suas plantas de acordo com sua conveniência. A empresa cooperativada, por sua vez, poderá crescer abrindo novas plantas, deslocando produtores, associando outros tantos, mas sempre mantendo a planta anterior. É por isso, aliás, que uma estratégia de crescimento do setor agroindustrial vinculado à pequena produção deve levar em conta o fortalecimento da empresa cooperativada.

3.4 - Fusões e acordos comerciais

As agroindústrias estaduais tendem a participar dos negócios do setor agroalimentar associados ao processo de abertura da economia nacional, isto é, passam a vender seus ativos para grandes empresas transnacionais e nacionais, a adquirir o controle de empresas domésticas, bem como a estabelecer acordos comerciais com as mesmas, sob forma de parcerias,

¹³ Ver, a esse respeito, Lagemann (1997), nesta revista.

joint-ventures, etc., e a industrializar a produção e distribuí-la sob a marca das grandes empresas. Com isso, estão adaptando suas escalas de produção, incorporando tecnologia e conquistando mercado através de marcas conhecidas.

O movimento de fusões atinge as cooperativas agroindustriais vinculadas à pequena produção. Para lograr as economias de escala nas áreas da transformação industrial e da comercialização, essas empresas passaram a fusionar-se com outras cooperativas, bem como a realizar qualquer tipo de acordo comercial com empresas tipicamente comerciais.

A entrada das grandes empresas agroalimentares no *agribusiness* estadual realiza-se sob formas alternativas às descritas acima. A internalização desses segmentos pode ocorrer através da construção de suas próprias "granjas" e fábricas de rações, para posterior beneficiamento da produção nas indústrias da Região Sudeste, ou mediante a construção de unidades de beneficiamento final junto às áreas de produção dos insumos. No primeiro caso, trata-se de processos de formação de cadeias de produção, no nível do espaço nacional, conduzidos pelo setor agroindustrial, onde o elo primário da cadeia está estruturado em áreas localizadas no Estado.

Qualquer das alternativas mencionadas — instalação de granjas, fábricas de rações ou unidades industriais de transformação final — aumentarão a concorrência com as indústrias locais pela disputa da matéria-prima e, por conseguinte, seu preço. Sendo assim, todas as circunstâncias são incentivos ao aumento da produção e da produtividade dos segmentos primários relacionados aos respectivos ramos agroindustriais.

3.5 - Alterações na base técnica da produção primária

Essas mudanças estão relacionadas à introdução de novas técnicas de plantio e de manejo dos solos nos estabelecimentos agropecuários, com a adoção do plantio direto associado à rotação das culturas, o qual ganhou expressão a partir de 1987.

O plantio direto é uma técnica de cultivar que evita ao máximo o revolvimento dos solos na fase de preparação da sementeira, plantando-se diretamente sobre a resteva das culturas anteriores e, portanto, deixando-se de arar e gradear a terra, atividades estas associadas ao plantio convencional. Nessa forma de cultivo, é fundamental alternar-se o plantio, na mesma área,

de duas famílias de plantas (as leguminosas e as gramíneas)¹⁴, obtendo-se, com isso, o aumento da fertilidade dos solos e a redução de pragas e doenças que atacam a lavoura de grãos. Esse sistema, além de utilizar menos máquinas e equipamentos, adubos, defensivos agrícolas e mão-de-obra —, portanto, reduzindo os custos de produção —, tem a vantagem de preservar os solos, redundando em um aumento da sua produtividade física e beneficiando o meio ambiente em geral. O problema que surge é no momento da implantação da nova tecnologia, onde os custos de produção sobem nos primeiros anos com relação aos que vinham ocorrendo no sistema tradicional de plantio.

Na adoção do novo sistema, onde há a rotação dos cultivos, o milho assume papel estratégico. Assim, nas propriedades que já o cultivavam antes da adoção do plantio direto, o grão deixa de ser uma cultura de subsistência, ganhando o *status* de lavoura comercial; nas que não o exploravam, preferindo o plantio do trigo em sucessão com a soja, o milho é introduzido com valor comercial desde o início. O último caso corresponde geralmente à implantação do cereal nas médias e grandes propriedades, onde a disponibilidade de terra apropriada à lavoura permite a adoção de escalas de produção mais adequadas. O papel do milho no novo sistema de produção explicaria o expressivo aumento de sua produção e de sua produtividade no período analisado. Lamentavelmente, não estão disponíveis dados relativos ao número de hectares correspondentes ao plantio direto, ainda que técnicos do setor estimem que o mesmo poderá chegar a 30% da área da lavoura, que representa em torno de seis milhões de hectares no Estado. Mesmo as estimativas menos otimistas apontam algo como um milhão de hectares assim comprometidos.

¹⁴ As razões técnicas para uma tal associação de cultivos não serão examinadas neste texto, podendo ser encontradas em Ruedell (1995). Como exemplo de rotação de cultivos entre leguminosas e gramíneas, pode-se mencionar aquele em que, em um ano, se planta a soja (leguminosa) e, na resteva dessa cultura, uma gramínea qualquer, como a ervilhaca e o nabo forrageiros. Segundo depoimento de agricultores (ZH, 9.5.97, p.8), em propriedades com escala média de 120ha e onde se utiliza a rotação de culturas, o custo de produção do milho cai de U\$ 250 para U\$ 150, aumentando os níveis de produtividade: 2,7t de soja, 6,5t de milho e 1,8t de trigo, no caso do plantio direto, contra 1,7t, 3,1t e 1,5t, respectivamente, quando da utilização do cultivo convencional.

Aceitando-se tal ordem de grandeza para os dados relativos às áreas da lavoura sob plantio direto e considerando-se os incrementos da produtividade física da terra obtidos pelos agricultores quando adotam o novo sistema de produção (ver nota 14), é forçoso concluir que as mudanças no sistema de plantio foram fundamentais para explicar o aumento da eficiência da lavoura de grãos no Estado, no período 1985-95. A produtividade física da terra cresceu, então, a uma taxa média anual de cerca de 2% entre 1985 e 1990 e a mais de 4% no primeiro e no segundo quinquênio da série (Tabela 3).

Na realidade, a adoção de novas tecnologias favorecedoras do aumento da produtividade e que estejam associadas à redução dos custos de produção é vital para a agricultura estadual. Em primeiro lugar, porque fortalece sua competitividade frente aos concorrentes em âmbito nacional e do Mercosul e, em segundo, porque recria a fronteira agrícola interna, sabidamente bem próxima a seus limites.

Embora os aumentos da produtividade física da lavoura de grãos no Estado sejam atribuídos, por especialistas da área, fundamentalmente à incorporação do plantio direto pelos produtores, acredita-se que estejam também associados à adoção de outras técnicas de produção, à introdução de novas variedades de sementes, à maior adequação no uso dos solos, e ao aumento das escalas de produção da lavoura de grãos, processos estes, na maior parte dos casos, relacionados à racionalização do processo de produção agropecuária e sobre os quais não se dispõe de informações consolidadas.

Uma vez que o plantio direto constitui uma boa alternativa tecnológica para os produtores em função dos resultados econômicos proporcionados e de seu relativamente baixo custo de implantação, e considerando-se que sua adoção ainda não se generalizou no nível dos produtores, é possível concluir que existe uma margem importante para o crescimento da produtividade média da agricultura do Rio Grande do Sul. Dadas justamente as características da nova técnica, é provável que sua adoção tenda a disseminar-se no nível dos produtores instalados nas regiões de expansão da fronteira agrícola, eliminando-se, assim, a médio prazo, as vantagens decorrentes da adoção da inovação em nível estadual.

3.6 - Crescimento agropecuário via linhas de produção de maior valor agregado

A produção agrícola do RS desenvolveu-se principalmente com base na produção de proteína animal (suínos, aves e leite), de frutas e do arroz, atividades que geram maior densidade de valor por unidade de recurso utilizado, em detrimento da produção de trigo, de soja e da pecuária de corte (Tabela 2).

Cabe indagar sobre os limites de crescimento da agricultura intensiva. Em geral, tais limites estão associados à expansão dos mercados dos vários produtos e ao resultado ainda incerto da aguda concorrência que aí se instaurou a partir de 1994-95, com a expansão dos grandes grupos nacionais e a entrada no espaço doméstico das empresas líderes transnacionais.

O setor arrozeiro encontra-se em crise, atribuída pelos agricultores aos elevados custos de financiamento da produção, ao endividamento acumulado junto ao sistema financeiro — por força do "descasamento" entre a correção dos preços mínimos e a dos custos dos empréstimos desde 1986, em virtude dos sucessivos planos de estabilização da economia nacional —, às relativamente altas taxas e impostos que recaem sobre a atividade e, finalmente, à concorrência da produção subsidiada que ingressa no Brasil via países do Prata. Não querendo diminuir o peso desses argumentos, julga-se que se poderia, ainda, associar a crise do arroz irrigado às condições em que o cereal é produzido, isto é, sob arrendamento e com forte pressão da demanda por terras e água para o plantio em um contexto de inelasticidade da oferta desses recursos na região.¹⁵ Tais fatores terminaram induzindo a subida do preço do arrendamento da terra a níveis incompatíveis com os preços de produção vigentes no mercado. Nessas condições, independentemente de outros fatores, os limites dessa lavoura no Rio Grande do Sul seriam os atuais, dados pela quantidade de solos e água atualmente em sua exploração. Qualquer esforço para ultrapassar tais limites forçaria uma nova elevação do preço do arrendamento e inviabilizaria a lavoura. Uma vez que o

¹⁵ Inelasticidade da oferta de terras, considerando, bem-entendido, a tecnologia atual de exploração da lavoura. Adotando-se outras técnicas de plantio, como o cultivo do arroz pré-germinado, por exemplo, o arroz pode ser plantado todo o ano na mesma área, ao invés do que sucede no momento atual, em que a terra é deixada em descanso por dois anos consecutivos.

valor do arrendamento não baixou pressionado por mecanismos de mercado — no período ocorreu inclusive uma redução da área do arroz no Centro-Oeste, com a conseqüente concentração da lavoura no Rio Grande do Sul —, o custo do arrendamento constituiu um dado para o produtor, e a economia do arroz tornou-se extremamente sensível ao aumento dos demais custos, principalmente do item juros.

A curto prazo, é possível contar com a recuperação da lavoura do arroz — desde, é claro, que seja resolvida a questão do estoque da dívida do setor —, pois a crise se encarregou de baixar os preços do arrendamento da terra, propiciando um novo fôlego ao crescimento do produto. No entanto não é de se esperar grandes aumentos na produção regional do grão a longo prazo, dada a expectativa de incorporação de áreas dedicadas ao arroz nas novas regiões de produção. Tampouco é razoável supor, em um prazo longo, a erradicação da lavoura arrendada no sul do Estado, pois a abertura de novas áreas agrícolas se encarregará de rebaixar a renda da terra nas regiões de cultivo tradicional.

3.7 - Aumento das escalas de produção dos grãos

A reestruturação da agricultura estadual significou uma mudança no perfil produtivo no nível dos estratos de área da produção agropecuária, uma vez que correspondeu ao deslocamento da lavoura comercial de grãos — notadamente da soja e do trigo — da pequena para as médias e grandes propriedades e, conforme já referido, à sua substituição por produtos de mais alto valor por unidade de recurso utilizado. Com isso, provavelmente aumentou o tamanho médio das lavouras de grãos no Estado, com ocorrência de economias de escala em função da melhor adequação das escalas de produção, sem que isso signifique que as escalas regionais tenham se aproximado das registradas nas novas frentes de expansão da produção.¹⁶ De

¹⁶ "Impressiona a enorme quantidade de pequenas propriedades operando com produtos de baixo valor adicionado e baixa rentabilidade por área: 95% dos produtores de soja cultivam o grão em áreas inferiores a 50ha e respondem por metade da produção do Estado. Da mesma forma, 80% dos produtores de milho utilizam menos de 50ha, e 45%, menos de 20 ha. A área média cultivada pelos fumilcultores é inferior a dois ha, sendo que 88% dos produtores possuem propriedades com menos de 25ha; 77% dos suinocultores possuem até quatro matrizes; e 92%, até 9, 80% dos produtores de leite entregam até 30 litros por dia, sendo responsáveis por mais da metade do leite produzido no Estado." (LIMA, 1997).

qualquer forma, o aumento do tamanho médio das lavouras pode explicar, em alguma medida, o crescimento da produtividade física verificado na agricultura desde 1980.

3.8 - Ajustes regressivos: o caso do segmento tradicional da pecuária de corte

O setor da pecuária extensiva de corte é onde aparecem mais claramente as dificuldades de adaptação da agricultura ao período da abertura comercial e da estabilização. Incapaz de dar uma resposta positiva aos desafios do novo contexto, o pecuarista vende suas terras, suas matrizes, arrenda terra para outros produtores, involui tecnologicamente, deixando de produzir alimentação para os rebanhos, e especializa-se na produção de terneiros para engorda nos mercados do Sudeste e do Centro-Oeste.

Trata-se de uma crise setorial profunda, que é veiculada pelos produtores como tendo origem principalmente na entrada das carnes dos países do Prata e na concorrência desleal que lhes é feita pelos abatedores clandestinos (os abates clandestinos corresponderiam ao dobro dos registrados pelas cifras oficiais), que não pagam impostos e taxas e sequer são fiscalizados.

Todavia parece plausível associar fortemente as dificuldades do segmento tradicional da pecuária à crise do setor arrozeiro, tendo em vista as relações de dependência entre ambas as atividades. O desenvolvimento do arroz em terras voltadas à pecuária extensiva de corte permitiu efetivamente ao pecuarista acrescentar a renda da terra à sua receita e implicou um processo de integração da lavoura com a pecuária, cujos benefícios foram também apropriados pelo pecuarista. A renda da terra paga pelo arrozeiro ao pecuarista deu uma sobrevida à pecuária tradicional, sendo, assim, fortemente responsável pela manutenção dos baixos níveis de eficiência do setor. É preciso não esquecer que 70% do cultivo do arroz ocorre em terras arrendadas.

O estancamento da lavoura do arroz contribuiu para reduzir o preço do arrendamento e, conseqüentemente, a renda recebida pelo pecuarista, processo que põe em xeque a produção da pecuária de corte tradicional, a qual deverá desenvolver-se por seus próprios meios, restando-lhe só um caminho: o da modernização. Provavelmente, o Governo irá facilitar a mudança de um padrão de exploração tradicional para um mais avançado, conside-

rando razões políticas e sociais, devido à reconhecida dependência da sociedade regional com relação à economia da pecuária de corte.

De qualquer modo, é importante referir, antes de encerrar estas observações, que a crise recente da pecuária e da orizicultura na região Sul do Estado e o crescimento da economia da região Norte, com base na expansão das cadeias de produção de proteína animal e do milho, devem ter aumentado as desigualdades históricas de desenvolvimento inter-regional.

Uma conclusão de caráter genérico que se impõe a partir das observações aqui feitas é a de que os agronegócios do RS tendem, em geral, a responder positiva e rapidamente aos desafios que lhes são colocados, salvo o setor constituído pela pecuária extensiva de corte. No entanto mostra-se incapaz de consolidar suas novas posições a médio prazo, na medida em que as vantagens obtidas através dos ajustes têm sido continuamente anuladas por aquelas que caracterizam a produção nas novas áreas da fronteira agrícola nacional.

Chama-se atenção, ainda, para o fato de que, em muitos segmentos produtivos, se verifica um elevado nível de endividamento (caso do arroz, frigoríficos, vinhos, suínos e cooperativas em geral), justamente nessa fase em que as empresas deveriam investir para modernizar-se e, assim, aumentar a produtividade, de forma a sobreviver em mercados cada vez mais competitivos. O aumento da competição nos mercados, as escalas relativamente reduzidas das agroindústrias do RS e a precária situação financeira encontrada em muitas empresas levam a considerar a hipótese de um processo de concentração importante no âmbito de vários setores agroindustriais. No setor primário da produção, de outra parte, o crescimento generalizado da produtividade nos segmentos vinculados à pequena produção permite antever um movimento importante de exclusão social, seguido de concentração fundiária.

Finalmente, deixa-se registrada a seguinte pergunta: tendo em vista a nova dinâmica de crescimento dos agronegócios, qual a expectativa de sucesso dos pequenos produtores já assentados pelos programas de reforma agrária e daqueles que estão por assentar-se?

Bibliografia

- AGACINO, R., RIVAS, G., ROMAN, E. (1992). **Apertura y eficiencia productiva: la experiencia chilena 1975-1989**. BID. (Documento de trabajo).
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo (1993). Gastos públicos na agricultura: tendências e prioridades. In: SUMÁRIOS executivos. Brasília : IPEA. (Estudos de política agrícola; n.2).
- DELGADO, Nelson (1997). **Projeto RS 2010**. Núcleo Agribusiness. Porto Alegre : SCP/FEE/METROPLAN. (Texto para discussão).
- ECHENIQUE L., Jorge (1991?). **Políticas de ajuste en Chile y sus consecuencias**. Santiago do Chile : IICA. (Agrária). p.4-5.
- ESSER, Klaus et al.(1996). Competitividade sistêmica: novo desafio para as empresas e a política. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile : CEPAL, n.59, ago.
- GRANDO, Marinês Zandavali, coord. (1996). **Agropecuária do Rio Grande do Sul 1980-1995: a caminho da eficiência?** Porto Alegre : FEE. 160p.
- LAGEMANN, Eugenio (1997). O futuro do agribusiness no RS e o seu custo fiscal. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.25,n.3.
- LIMA, A. Cirne (1997). Algumas questões envolvendo a competitividade da produção agropecuária gaúcha: notas para discussão. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.25, n 3.
- MONTIGAUD, J. C., FERRY, J. M. (1995). **La logistique dans les filières agroalimentaires et ses conséquences sur la production agricole: le cas de l'Arc méditerranéen français**. Montpellier : INRA. (Etudes et recherches; n.102). p.57.
- PROJETO RS 2010. Núcleo Agregados Macroeconomicos (1997c). Porto Alegre : SCP/FEE/METROPLAN. (Texto para discussão).
- PROJETO RS 2010. Núcleo Agribusiness (1997b). Porto Alegre : SCP/FEE/METROPLAN. (Documento síntese).
- PROJETO RS 2010. Núcleo Agribusiness (1997a). Porto Alegre : SCP/FEE/METROPLAN. (Texto para discussão).
- RUEDELL, José (1995). **Plantio direto na região de Cruz Alta**. Cruz Alta : FUNDACEP/BASF.
- ZERO HORA (20.7.97). Porto Alegre, Cad. de Economia.
- ZERO HORA (9.5.97). Porto Alegre, Cad. Campo e lavoura, p.8.